



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

MATRIZ DE ACHADOS- v2

PROCESSO Nº: 00600-00004885/2020-08-e

JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF – SEDES/DF

ASSUNTO: Análise das Dispensas de Chamamento Público com base na Lei 13.019/2014 que levaram aos Termos de Colaboração Emergenciais 01/2020 e 02/2020: Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

Achados	Crítérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
1. Ausência de indicação da localidade de execução do objeto na Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020	O local da execução do objeto deverá ser indicado no Aviso de Dispensa de Chamamento Público, na Justificativa da Dispensa e nos respectivos Planos de Trabalhos aprovados, bem como, deve estar descrito na Cláusula Primeira do Ajuste celebrado, conforme previsto no Anexo II do Decreto 37.843/2016.	Não constam das Notas Técnicas da SUBSAS, referentes ao TC 01/2020, a definição sobre o local de execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. A informação também está ausente nos Planos de Trabalho apresentados pelo Instituto Tocar, bem como é ausente no Termo de Colaboração 01/2020.	Inobservância de inclusão de informações essenciais para realização de dispensa de chamamento público; Possível direcionamento do ajuste.	Prejuízo à isonomia na apresentação das propostas	Alertar à SEDES/DF que nas futuras realizações de Dispensas de Chamamentos Públicos inclua no Aviso de Dispensa, na Justificativa da Dispensa e nos respectivos Planos de Trabalho aprovados o local em que será executado o objeto da parceria firmada, bem como se haverá ou não utilização de bens públicos.	Transparência na gestão dos recursos públicos;
2. Ausência de Justificativa para o “Modelo de Montagem Completa” adotado (TC 01/2020 e TC 02/2020)	Lei 13.019/2014, art. 24, § 2º: É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância	Tanto nos autos do TC 01/2020 quanto do TC 02/2020 não constam das Notas Técnicas justificativas para adoção do modelo de montagem completa da estrutura física para a realização do Serviço de Proteção.	Inobservância de inclusão de informações essenciais para realização de dispensa de chamamento público;	Restrição à competitividade e na seleção	Alertar à SEDES/DF que, nas futuras realizações de Dispensas de Chamamentos Públicos inclua nas Notas Técnicas informações essenciais para realização do certame, em especial, dados que justifiquem as escolhas da administração pública, deixando de admitir ou incluir,	Transparência, regularidade e otimização dos recursos públicos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Crítérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
	impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria; Decreto 37.843/2016, art. 12: O edital não preverá cláusulas que impliquem direcionamento, ressalvadas as exigências necessárias para o específico objeto da parceria.	Os documentos que fundamentam a dispensa de chamamento público não indicam os motivos que levaram a administração a não abrir oportunidade para a participação de OSCs que já possuíssem estrutura física pronta.	Possível direcionamento do ajuste,		nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, atendendo o §2º do art. 24 da Lei 13.019/2014, bem como o art. 12 do Decreto 37.843/2016.	
3. Ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília (TC 01/2020)	As Notas Técnicas de proposição da Dispensa de Chamamento Público devem definir e justificar a possibilidade do uso de bens públicos necessários à execução da parceria (Manual MROSC do DF, pág. 25 e 164)	Nos autos do TC 01/2020 não constam documentos que demonstrem a permissão do GDF para a utilização da área do Autódromo Internacional de Brasília, bem como, faltam informações acerca de tratativas sobre o uso do espaço público, tais como: definição acerca da ocupação de área pública necessária à execução da parceria, responsabilidades da administração pública e entidade privada quanto ao uso do equipamento público, cobranças de aluguel ou outros dispêndios realizados pela SEDES/DF ou pelo Instituto ToCar para utilização do espaço.	Desconhecimento por parte do gestor da necessidade de formalizar a cessão do equipamento público para uso de entidade privada; Inobservância de formalidades para uso de bens públicos; Fragilidade nos controles internos.	Em caso de ocorrência de danos ao Patrimônio Público, apurados em decorrência direta ou indireta da realização do objeto da parceria, não há previsão formal dos responsáveis em reparar os dados. Possíveis gastos realizados pela SEDES/DF para uso do	Determinar à SEDES/DF que no prazo de 15 (quinze) dias apresente a esta Corte de Contas informações obtidas junto à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF acerca das condições em que as dependências do Autódromo Internacional Nelson Piquet, utilizadas para realização do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, Termo de Colaboração Emergencial 01/2020, foram recebidas, inclusive com detalhamento dos possíveis danos patrimoniais ocorridos e ainda não reparados, bem como informações sobre eventuais despesas correntes não custeadas pela entidade ou	Manutenção de boas condições de uso dos equipamentos públicos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Crítérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
				espaço cedido e não demonstrado nos autos.	pela SEDES/DF e que estiverem diretamente atreladas à execução do TC 01/2020.	
4. Ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente (TC 01/2020 e TC 02/2020)	<p>Princípio da Motivação dos Atos Administrativos.</p> <p>A Nota Técnica que propõe a Dispensa de Chamamento Público deve abordar as ações públicas que já foram realizadas com o propósito do ajuste a ser celebrado, bem como abordar os principais elementos de decisão que subsidiaram a opção pela parceria (Manual MROSC do DF, pág. 24)</p>	<p>Nos processos referentes ao TC 01/2020 e TC 02/2020 há ausência de informações acerca da capacidade de atendimento já existente na SEDES/DF que justifique adequadamente a meta de atendimento para 200 pessoas.</p> <p>Em que pese a informação de vagas insuficientes para o acolhimento das 1.851 pessoas em situação de rua, frente às 780 vagas em serviços de acolhimento existentes não foram apresentados dados detalhados sobre os locais de atendimento existentes e a quantidade de vagas disponíveis na rede própria e nas entidades parceiras.</p>	Falha gerencial no planejamento da “contratação” / parceria.	Não fica demonstrado que a celebração da parceria atendia o interesse público;	Alertar à SEDES/DF que, em atendimento ao Princípio da Motivação dos Atos Administrativos e ao previsto pelo Manual MROSC do DF, pág. 24, nas próximas Dispensas de Chamamento Público, inclua nas Notas Técnicas informações acerca das ações públicas que já foram realizadas com o propósito do ajuste a ser celebrado, bem como abordem os principais elementos de decisão que subsidiaram a opção pela parceria.	Transparência, regularidade e otimização dos recursos públicos;
5. Exiguidade temporal entre a publicação dos Avisos de Abertura da Dispensa de Chamamento	Lei 13.019/2014, art. 24, § 2º: É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de	Os prazos entre a publicação de Aviso de Dispensa de Chamamento Público e a apresentação da proposta foram exíguos, bem como ocorreram em dias não úteis e	Possível direcionamento para celebração da parceria, privilegiando entidades que eventualmente	Prejuízo a isonomia da seleção. Restrição à competitividade e na seleção.	Alertar à SEDES/DF que, doravante, em Dispensas de Chamamento Público cumpra com o previsto no § 2º, art. 24 da Lei 13.019/2014, não admitindo ou incluindo nos atos de convocação, cláusulas ou	Transparência, regularidade e otimização dos recursos públicos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Crítérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
Público e o recebimento de propostas (TC 01/2020 e TC 02/2020)	qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria; Decreto 37.843/2016, art. 12: O edital não preverá cláusulas que impliquem direcionamento, ressalvadas as exigências necessárias para o específico objeto da parceria.	em horários não convencionais. Os prazos concedidos foram insuficientes para que as entidades interessadas e sem prévia ciência da contratação tomassem conhecimento adequado do projeto delineado pela Administração Pública e elaborassem seus Planos de Trabalho e respectivas propostas de modo adequado.	tiveram acesso às informações privilegiadas sobre o serviço a ser ajustado.		condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.	Isonomia nos proponentes no processo de seleção;
6. Falhas na definição dos critérios de seleção (TC 01/2020)	Lei 13.019/2014, art. 27: O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento.	O critério “menor prazo para instalação plena da capacidade de atendimento da meta” foi excessivamente preponderante em relação ao critério menor valor global da parceria. Não foi realizada uma avaliação conjugada que considerasse, de modo ponderado, tanto o critério “prazo de instalação” quanto o critério “valor global da proposta”. Conforme apontado pela PGDF, a diferença entre as propostas no quesito tempo foi de poucos dias, porém a	Falhas na definição dos critérios de seleção; Possível direcionamento para celebração da parceria	Celebração da parceria por valor global menos vantajoso para a Administração	Alertar a SEDES/DF de que em futuras realização de Dispensas de Chamamento Público inclua, na metodologia de pontuação e pesos para julgamento das propostas, critérios de seleção que estimulem a apresentação de propostas economicamente vantajosas para a Administração Pública. Autorizar a audiência do nominado na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresente suas Razões de Justificativa em razão da irregularidade ali apontada (falhas na fase de	Transparência, regularidade e otimização dos recursos públicos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Crítérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
		variação de preços foi relativamente alta.			planejamento, divulgação e seleção das Dispensas de Chamamento Públicos que levaram aos ajustes do TC 01/2020 e TC 02/2020), tendo em vista a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, II e III, da Lei Complementar 01/1994.	
7. Valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado (TC 01/2020 e TC 02/2020)	<p>Decreto 37.843/2016, art. 28, §3º: O exame da compatibilidade dos custos indicados no plano de trabalho com os valores praticados no mercado será realizado pela administração pública.</p> <p>Decreto 37.843/2016, art. 28, § 4º: A organização da sociedade civil será notificada para apresentar documentação comprobatória dos custos do plano de trabalho somente nas hipóteses em que o exame previsto no § 3º indicar incompatibilidade com os valores praticados no mercado.</p> <p>Decreto 37.843/2016, art. 37. As compras e contratações de bens e serviços pela organização da sociedade civil com recursos transferidos pela administração pública distrital deverão adotar métodos usualmente utilizados</p>	<p>A análise dos processos demonstra que a elaboração da Planilha Comparativa de Preços da Gerência de Compras apresenta erros, já que itens cotados com base em preços de aquisição, tais como: camas, travesseiros, roupeiro, ventiladores, mesa de escritório, impressora, computadores, entre outros, foram apresentados na Planilha com valores triplicados, tendo em vista a previsão de locação e não de aquisição, aumentado assim o valor estimado global da parceria; (PT 02)</p> <p>Comparação entre os valores totais estimados pela SEDES/DF para locação/aquisição dos itens necessários para instalação da estrutura e os valores</p>	<p>Omissão dos gestores responsáveis pela verificação da compatibilidade dos custos indicados nos planos de trabalho;</p> <p>Fragilidade nos controles internos</p> <p>Falhas na elaboração da Planilha de estimativa de preços da SEDES (ao cotar valores de aquisição enquanto quantificava a execução por meio de locação)</p>	Provável prejuízo decorrente da execução das despesas no âmbito dos TC 01/2020 e TC 02/2020;	<p>Autorizar a audiência dos nominados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 64), para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas Razões de Justificativa em razão da irregularidade ali apontada (elevação do valor estimado global do ajuste por motivo de erros na Planilha Comparativa de Preços e ausência da administração pública do exame de compatibilidade de custos do TC 01/2020 com os valores praticados no mercado), tendo em vista a possível conversão em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994 e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma;</p>	<p>Ressarcimento aos cofres públicos de recursos aplicados na execução de serviços fora dos parâmetros de regularidade e com valores acima do estabelecido pelo mercado;</p> <p>Adequado julgamento das prestações de contas;</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Critérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
	pelo setor privado, garantida a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.	<p>executados pelas Instituições demonstrou que o TC 01/2020 apresentou custos acima do estimado para 17 dos 26 itens elencados pela SEDES/DF; (PT 02)</p> <p>Não constam nos autos do TC 01/2020 documentos que demonstrem que a SEDES/DF realizou exame de compatibilidade dos custos indicados no Plano de Trabalho com os valores praticados no mercado;</p> <p>A falta da adequada formalização de Termo Aditivo ao TC 01/2020, bom base na Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, trouxe dano ao erário em pelo menos R\$ 108.714,98.</p> <p>Em relação ao TC 02/2020, verificou-se que dos 26 itens necessários para instalação da estrutura, em 8 ocorreram custos executados acima dos valores estimados pela SEDES/DF. (PT 02)</p>			<p>determinar à SEDES/DF que:</p> <p>a) notifique a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias, para que apresente o Relatório de Execução Financeira, de acordo com o previsto no art. 62 do Decreto 37.843/2016, e proceda à análise e ao julgamento das contas referente ao TC 02/2020, nos termos dos arts. 63 e 67 a 70 do Decreto 37.843/2016, dando conhecimento a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca das ações implementadas;</p> <p>b) notifique, imediatamente, o Instituto Tocar para que apresente o Relatório de Execução Financeira, o qual deverá conter as informações e documentos elencados no art. 62 do Decreto 37.843/2016;</p> <p>c) em relação ao TC 01/2020, realize:</p> <p>i) a análise do relatório de execução financeira, mediante parecer técnico, de acordo com o previsto no art. 63 do Decreto 37.843/2016;</p>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Critérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
					<p>ii) a análise e julgamento das prestações de contas do Instituto Tocar, referente ao TC 01/2020, dando conhecimento a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca dos resultados;</p> <p>d) apresente à esta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias relação dos bens incorporados pela Administração Pública originários do TC 01/2020.</p>	
8. Valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência (TC 01/2020)	Portaria 290/2017, Anexo I, item Proteção Social Especial de Alta Complexidade, subitem Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional - valor de referência correspondente ao custeio de despesas relativas a vaga por mês: R\$ 1.620,73.	No que tange ao gasto por acolhido, o TC 01/2020 despendeu valores 11% acima do previsto na Portaria 290/2017, ou seja, gastou por acolhido/mês o valor de R\$ 1.796,26.	Inobservância dos valores referenciados em norma pela SEDES/DF.	Provável prejuízo decorrente da execução das despesas no âmbito do TC 01/2020.	<p>Determinar à SEDES/DF que:</p> <p>a) notifique, imediatamente, o Instituto Tocar para que apresente o Relatório de Execução Financeira, o qual deverá conter as informações e documentos elencados no art. 62 do Decreto 37.843/2016;</p> <p>b) em relação ao TC 01/2020, realize:</p> <p>i) a análise do relatório de execução financeira, mediante parecer técnico, de acordo com o previsto no art. 63 do Decreto 37.843/2016;</p> <p>ii) a análise e julgamento das prestações de contas do Instituto Tocar, referente ao TC 01/2020, dando conhecimento a esta Corte de Contas, no</p>	<p>Ressarcimento aos cofres públicos de recursos aplicados na execução de serviços fora dos parâmetros de regularidade e com valores acima do estabelecido pelo mercado;</p> <p>Adequado julgamento das prestações de contas;</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Critérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
					prazo de 60 (sessenta) dias, acerca dos resultados;	
9. Ausência de formalização da redução do custo global da parceria do TC 01/2020	Decreto 37.843/2016, art. 44, § 1º: Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração do instrumento da parceria for indispensável para o atendimento do interesse público no caso concreto. Observância do princípio da legalidade	O Instituto Tocar, atendendo à solicitação das Gestoras de Parceria, apresentou nova planilha de custos, na qual há diversas alterações aprovadas pela SEDES/DF. Na recomposição de itens e preços o custo do serviço global foi readequado para R\$ 1.813.582,19, ou seja, redução de 24% em relação ao valor inicialmente acordado, R\$ 2.394.837,70. Apesar da redução dos valores por parte da parceira, bem como informação das gestoras e aprovação sobre a economia de recursos públicos, não consta dos autos Termo Aditivo formalizando a recomposição e a redução do custo global da parceria. A falta da adequada formalização de Termo Aditivo ao TC 01/2020, bom base na Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, apresentou possíveis dano ao erário da ordem de R\$ 108.714,98	Omissão dos gestores públicos na formalização do Termo Aditivo. Fragilidade nos controles internos. Omissão dos gestores na aplicação dos ritos necessários para formalização de Termo Aditivo	Provável prejuízo ao erário decorrente da execução das despesas no âmbito do TC 01/2020.	Autorizar audiência dos nominados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 64), para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas Razões de Justificativa em razão da irregularidade ali apontada (ausência de formalização da redução do custo global da parceria do TC 01/2020), tendo em vista a possível conversão em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994 e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma.	Ressarcimento aos cofres públicos de recursos aplicados na execução de serviços fora dos parâmetros de regularidade e com valores acima do estabelecido pelo mercado;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Crítérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
10. Ausência de Atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (TC 01/2020 e TC 02/2020)	<p>Decreto 37.843/2016, art. 45: A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.</p> <p>Decreto 37.843/2016, art. 47: O relatório técnico de monitoramento e avaliação será homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;</p> <p>Decreto 37.843/2016, art.49: As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam a verificação do alcance de resultados da parceria.</p>	<p>Não constam nos autos dos TC 01/2020 e TC 02/2020 atuações da Comissão de Monitoramento e Avaliação.</p> <p>Tendo em vista a relevância, materialidade e complexidade do objeto executado, há necessidade de atuação preventiva e saneadora da referida Comissão.</p> <p>A auditoria integrada, realizada em 2017, nos Serviços de acolhimento e proteção social prestados pela SEDES/DF, Processo TCDF 10.285/2017-e, noticiou aquela época que as atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação não estavam sendo realizadas por ausência de adequadas condições de trabalho</p>	Omissão dos servidores que compõem a Comissão de Monitoramento e Avaliação na realização de suas atribuições.	<p>Realização de gastos por parte das OSC com provável prejuízo ao erário;</p> <p>Falta de verificação das impropriedades apontadas pelos gestores de parcerias e aplicação de sanções às OSCs.</p>	<p>Determinar à SEDES/DF que nos termos do arts. 45, 47, 49 e 68, inciso II, do Decreto 37.843/2016, exija da Comissão de Monitoramento e Avaliação atuação efetiva no acompanhamento:</p> <p>a. dos procedimentos realizados para análise da prestação de contas do TC 01/2020;</p> <p>b. da execução do serviço objeto do TC 02/2020, bem como na posterior análise da prestação de contas do Termo de Colaboração.</p> <p>Alertar a SEDES/DF que cumpra a recomendação constante do item VI.a.1 da Decisão TCDF 4.328/2018, qual seja, garantir condições adequadas para o funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação, esclarecendo que este aspecto será objeto de avaliação em futuro monitoramento no bojo do Processo 7.743/2020.</p>	Adequado acompanhamento das parcerias celebradas pela SEDES/DF
11. Ausência de informações sobre a parceria	Decreto 37.843/2016, art. 79 e 80: A OSC deverá divulgar na internet a relação das parcerias	Não constam informações mínimas no sítio da Associação Mãos Solidárias	Fragilidade nos controles realizados pelos	Falta de Transparência no uso dos	Não se aplica: Irregularidade sanada pela OSC.	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Crítérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
no sítio da Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020	celebradas, incluindo informações tais como: descrição do objeto da parceria, data da assinatura, identificação do instrumento e do órgão da administração pública responsável, dentre outras.	sobre a Parceria celebrada com a SEDES/DF.	Gestores de Parceria; Falta de atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação.	recursos públicos		
12. Atendimento parcial ao estabelecido no item II da Decisão TCDF 2.489/2020	Decisão 2.489/2020, item II – determinar à SEDES/DF que disponibilize a Corte acesso integral aos processos administrativos referentes ao TC 01/2020, TC 02/2020 e a outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus.	Pesquisas realizadas no sistema SISCOEX e notícias veiculadas pela SEDES/DF demonstram que o Centro de Convivência Granja das Oliveiras, no Recanto das Emas, gerido pelo Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social, conforme TC 02/2018 e aditivos, passou a acolher, desde de abril do presente ano, 105 pessoas com finalidade de oferecer alojamento temporário para pessoas em situação de rua. Não foi disponibilizado acesso ao Tribunal do(s) processo(s) que tratam da ampliação do Serviço de Acolhimento com o Instituto Inclusão.	Desconhecida	Impossibilidade e do Controle Externo realizar a verificação de regularidade em todos os ajustes celebrados pela SEDES/DF com finalidade de oferecer alojamento temporário para pessoas em situação de rua.	Considerar atendido o item II da Decisão 2.489/2020.	
13. Ausência de Apostilamentos para sanar irregularidades do TC 01/2020		Verificou-se ausência de medidas tomadas pela Pasta para sanar as irregularidades apontadas no Despacho da Gerência de Acompanhamento			Determinar à SEDES/DF que: a) notifique, imediatamente, o Instituto Tocar para que apresente o Relatório de	Ressarcimento aos cofres públicos de recursos aplicados na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Achados	Critérios	Análises e Evidências	Causa	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
		<p>de Contratos e Convênios de 27/08/2020, acerca de inconsistências no trâmite para assinatura do 2º Termo Aditivo do TC 01/2020, assinado em 05/08/2020.</p> <p>Após ter sido firmado o Terceiro Termo Aditivo do TC 01/2020 o Instituto Tocar, oficiou a SEDES/DF, solicitando apostilamento em face da necessidade de adequações de itens no Plano de Trabalho, apresentando listagem das alterações e correções pretendidas, porém, não constam nos autos respostas ao solicitado pela OSC, bem como, celebração de apostilamento</p>			<p>Execução Financeira, o qual deverá conter as informações e documentos elencados no art. 62 do Decreto 37.843/2016;</p> <p>b) realize:</p> <p>i) a análise do relatório de execução financeira, mediante parecer técnico, de acordo com o previsto no art. 63 do Decreto 37.843/2016;</p> <p>ii) a análise e julgamento das prestações de contas do Instituto Tocar, referente ao TC 01/2020, dando conhecimento a esta Corte de Contas acerca dos resultados da análise da prestação de contas;</p>	<p>execução de serviços fora dos parâmetros de regularidade e com valores acima do estabelecido pelo mercado;</p> <p>Adequado julgamento das prestações de contas;</p>

Elaborada por: Márcia Helena da Silva, em 02/02/2021

Revisado por: Davi Assunção Salvador Nery de Castro